Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

Opinião SOCIALISTA

Ano II nº 33
8/5/97 a 20/5/1997
Contribuição R$ 1,00

Por um plano de lutas rumo à greve geral

É preciso dar continuidade ao dia 17. FHC continua atuando na base da truculência como no caso do leilão da Vale. Agora vem vale-tudo para aprovar a Reforma Administrativa. Contra FHC e suas reformas; por terra, salário, emprego e aposentadoria, é hora de construir as condições para a greve geral.

páginas 3, 6 e 7

Wladimir Souza

Fundos de pensão especulam com dinheiro do trabalhador

página 5

Estudantes lutam contra reforma no Ensino Técnico

página 8

Paulo Freire deixou legado pela Educação Popular

página 9

C U R T A S

Vendidos. Embora ainda sob júdice, o leilão da Vale ocorreu e pela bagatela de R$ 3,33 bilhões, o consórcio liderado pela CSN ficou com o controle majoritário da empresa. Por trás da CSN, ou seja, a estrutura que bancou a compra da Vale, estão o Citibank, o mega-investidor-especulador internacional George Soros e o Nations Bank (4° maior banco dos Estados Unidos, que injetou mais de US$ 1,6 bi do total a ser pago pelo controle da Vale). Essa história de que o controle será nacional, porque a sede será no Brasil e quem lidera é uma empresa nacional, é balela pura. FHC doou mesmo as reservas minerais e por tabela, a soberania nacional, para o capital internacional. O resto é conversa.

◆

Podres. Um levantamento feito pelo jornal *Gazeta Mercantil* mostrou que das privatizações feitas de 1991 para cá, apenas 36% de um volume total de R$ 13,609 bilhões foram pagas com moeda corrente. Ou seja, 64% do dinheiro movimentado na compra de empresas estatais foi em moedas podres (títulos da dívida do governo) como, por exemplo, os Títulos da Dívida Agrária. Não é só que o governo está vendendo o patrimônio nacional a preço de banana. Ele está aceitando, também, papéis como parte do pagamento que não valem quase nada no mercado. Não custa lembrar que houve casos incríveis, como o da Usiminas, vendida por US$ 1,96 bilhão, sendo que mais da metade desse valor foi pago em moeda podre.

◆

Salário I. O governo conseguiu irritar a esmagadora maioria do país com uma simples medida: o espantoso aumento de R$ 8 no salário mínimo, que agora passa a ser de R$ 120. Como se isso já não bastasse, ainda temos que ouvir o ministro do Trabalho, Paulo Paiva, fazer uma "balanço positivo" do governo em relação ao mínimo. Segundo ele, a meta do governo era dobrar o mínimo que era de R$ 64,79 quando FHC tomou posse. Por esse inacreditável raciocínio, faltam apenas R$ 9, 79 reais para o governo cumprir sua meta até o final do mandato. Quem sabe então, até 2002, se desgraçadamente ele conseguir outro mandato, o salário mínimo não chegue aos impressionantes R$ 260.

◆

Salário II. Um levantamento feito pelo próprio Ministério do Trabalho sobre os salários dos trabalhadores no setor formal, revelou que apenas 3% deles ganham acima de 20 salários mínimos. Segundo o Ministério, existiam em 1995, 23.595.663 trabalhadores empregados no setor formal (incluído aqui setor privado e público). A grande maioria, aproximadamente 16,5 milhões de pessoas recebem até 5 salários mínimos, sendo que chega a mais de 6 milhões os que vivem com até três mínimos. E isso é o setor formal, imaginem como deve estar a situação dos sem-carteira assinada.

◆

Companheiros. No último dia 28 de abril, o PT da Bahia realizou um ato para receber a filiação do ex-governador da Bahia, ex-PMDB, ex-PSDB, Waldir Pires. O novo petista está sendo tratado como alguém que jamais teve comprometimento com os interesses da classe dominante. Segundo o vereador José Eduardo Ribeiro, presidente do Diretório Regional do PT baiano, *"Valdir sempre esteve ao lado das causas democráticas e populares"* (*Linha Direta*, n° 311). Pelo visto, começou mesmo por dentro, a estratégia da cúpula petista de impor (goste ou não a base petista) um arco de alianças com setores da classe dominante em 1998. Para isso, já filiou até um deles.

O QUE SE VIU

Pedro Agilson

Uma das dezenas de faixas de protesto que os manifestantes estenderam no último dia 29 de abril, no Rio de Janeiro, durante os protestos contra a privatização da Vale do Rio Doce. Infelizmente, o governo não seguiu esse conselho e acabou mesmo vendendo as reservas minerais e a soberania nacional.

O QUE SE DISSE

"Quem pode estar contente com o salário? Ninguém...Salário é assim: quanto mais melhor. Agora, eu não vou nem falar do meu."

FHC fala sobre o reajuste de R$ 8 no salário mínimo. Quanto cinismo para uma só pessoa. No jornal *Folha de S.Paulo*, em 28/4/97.

"Falta ao presidente a autoridade do Fujimori."

Roosevelt Roque dos Santos, presidente da UDR. Sejamos justos: em pelo menos uma coisa FHC lembra o ditador peruano: uma completa intolerância para com quem discorde das suas idéias neoliberais. Deve ser inspirado nisso que o latifundiário expressou seu "nobre" desejo. Na revista *Veja*, em 7/5/97.

"Não há risco de monopolização. A venda da Vale envolveu uma questão política. É, sem dúvida, uma prova ao capital estrangeiro de que o governo é capaz de privatizar."

José Serra, senador e ex-ministro, após o leilão da Vale. Quer dizer, o governo privatizou a Vale para mostrar ao capital estrangeiro o quão dedicado ele é. Isso sim é que é dar satisfação para os chefes. No jornal *O Globo*, em 7/5/97.

"Não estávamos preparados para uma utilização ilegítima (da ação Popular), por parte dos opositores mais ferrenhos e histéricos da privatização."

Luis Carlos Mendonça de Barros, presidente do BNDES, em declaração a diversos meios de comunicação (jornais e TVs) no dia 29 de abril. Esse é o pensamento vivo do governo FHC. Mas sem dúvida, o presidente do BNDES merece entrar na sessão cachorro louco. Bota coleira nele.

P S T U

◆**Nacional**: Tel - 549-9699/ 575-6093 (SP) ◆ **São Paulo (SP)**: Rua Nicolau de Souza Queiroz 189 -Paraíso- Tel (011) 572-5416 ◆**São Bernardo do Campo (SP)**: Rua João Ramalho 64 - Tel (011) 756-0382 ◆ **Guarulhos (SP)**: Rua Glauce Souza Lima 17 Vila Augusta ◆ **São José dos Campos (SP)**: Rua Mario Galvão 189 Centro Tel (0123) 41-2845 ◆ **Rio Claro (SP)**: Av. 1, 1143 Centro - Tel 24-0193 ◆ **Niterói (RJ)** Rua Marques de Caxias 87, centro ◆**Rio de Janeiro (RJ)**: Rua da Candelária 87 4º And. Tel (021) 233-7374 ◆ **Florianópolis (SC)**: Av. Hercílio Luz, 820 - centro CEP 88020-001 ◆ **Duque de Caxias (RJ)**: Rua Nunes Alves 75 Sala 602 ◆**Belo Horizonte (MG)**: Rua Carijós, 121, sala 201, CEP 30120-060 ◆ **Natal (RN)**: Av. Rio Branco 815 Centro ◆**São Luís (MA)**: Rua Candido Ribeiro, 441 Sala 1 Centro - (098) 232-4683 ◆ **Macapá (AP)**: Av. Diogenes Silva - Buritizal ◆ **Maceió (AL)**: Rua 13 de Maio 87 Poço ◆ **Brasília (DF)**: SDS Ed. CONIC - Sobreloja 21 - cep 70391-900 Tel (061) 225-7373 ◆ **Goiânia (GO)**: (062) 229-2546 ◆ **Belém**: Rua Riachuelo, 134 Comércio Tel (091) 549-5388 ◆ **Manaus (AM)**: Rua Emilio Moreira 821 Altos Centro (092) 234-7093 ◆ **Recife (PE)**: Rua da Gloria, 472 Tel (081) 231-3800◆ **Fortaleza (CE)**: Av. da Universidade 2333 Centro - Tel 221-3972 ◆ **Porto Alegre (RS)**: Rua Borges de Medeiros, 549 4º andar Centro ◆ **Passo Fundo (RS)**: Rua Teixeira Soares, 2063 ◆ **São Leopoldo (RS)**: Rua São Caetano, 53 ◆ **Terezina (PI)**: Rua Lizandro Nogueira 1655 sala 02 - Centro ◆**Aracajú (SE)**: Av. Pedro Calazans 491 sala 105

O nosso endereço eletrônico é: **sede.pstu@mandic.com.br**

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. CGC 73282.907/000-64
Atividade principal 61.81.
Endereço: Rua Jorge Tibiriçá, 238 - bairro Saúde - São Paulo-SP-CEP 04126-000.
Impressão: Vannucci Gráfica.

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

EDITORIAL

A Frente Classista

Januario T. da Silva

O leilão da Vale é mais um escândalo que demonstra bem a natureza do projeto levado à cabo por FHC.

O Consórcio Brasil, vencedor do leilão, apesar do nome, tem uma estrutura financeira majoritariamente estrangeira. O chefe do consórcio, presidente do conselho de administração da CSN, originário e ainda ligado também ao grupo têxtil Vicunha, além de empresário e banqueiro é um especulador. Abocanhou parte da Light, da Rede Ferroviária Federal e portos. No caso da Vale, para fazer negócios ainda mais rentáveis, o Consórcio pode fatiar toda a empresa e vendê-la aos pedaços.

Aliás, por essas e por outras é que devemos afirmar que leiloar a Vale não vale e exigir: plebiscito, já! A batalha deve continuar.

Nesse momento há um desgaste do novo Fernando e inúmeros problemas para o seu lado. O ponta-pé desse novo momento foi dado pela grande manifestação do último dia 17 em Brasília. Os sem-terra com sua heróica mobilização conseguiram aglutinar em Brasília todos os demais setores descontentes.

A principal lição a ser tirada do dia 17 é que a prioridade da atuação dos partidos e organizações dos trabalhadores da cidade e do campo deve ser a mobilização social, a ação direta. A segunda é que esta precisa continuar. E, portanto, as direções majoritárias do movimento têm a responsabilidade de jogar todos os esforços na construção de um plano de lutas rumo à greve geral para derrotar FHC e seu projeto.

A terceira lição, e essa de caráter estratégico, é que é preciso apresentar um projeto dos trabalhadores para o país e construir em torno dele uma Frente Classista e Socialista.

Nesse sentido, não é possível que o PT e o PCdoB insistam numa política de alianças com a burguesia (Ciro Gomes, Brizola, Itamar, etc), para apresentar um programa de "inserção soberana" do Brasil na globalização do FMI a ser aplicado via a ação institucional.

A reunião que se realizará no Chile nos dias 10 e 11 de maio, sob a coordenação dos intelectuais Jorge Castañeda (do México) e Roberto Mangabeira Unger (do PDT, colega de Ciro Gomes) da qual participa toda a cúpula petista e líderes de partidos de esquerda e também burgueses da América Latina, aponta uma estratégia e um programa que levará os trabalhadores à derrota.

A estratégia é a unidade da esquerda com o "centro" e o programa é "democratizar a economia de mercado", buscando uma "inserção soberana na globalização", militando no FMI e na ONU para que estes se distanciem do ideário neoliberal.

Para nós o caminho é outro: é preciso apostar na mobilização rumo à greve geral, fazer uma aliança de classe (unir os trabalhadores do campo e da cidade) e batalhar por um programa anticapitalista contra FHC, o FMI e a ONU, buscando a aliança com os trabalhadores de todo o mundo.

OPINIÃO

109 anos de uma farsa

Wilson H. da Silva,
membro da Secretaria de Negros e Negras do PSTU

Na história oficial do Brasil, 13 de maio é um dia para se comemorar o "bondoso" e "corajoso" ato da princesa Isabel, que em 1888 assinou a Lei Áurea, transformando o Brasil no último país do mundo a libertar seus escravos.

Contudo, para nós, a história é muito diferente, como também há muito pouco o que se comemorar. Quando a princesa assinou seu decreto, pressionada pela profunda crise que afetava o Império, ela libertou cerca de 700 mil escravos, quando mais 7 milhões de negros já haviam conquistado a liberdade, seja através da alforria ou das inúmeras lutas, fugas e quilombos que se espalhavam pelo país e ameaçavam que a liberdade fosse arrancada por fora dos acordos de gabinete.

Por outro lado, ao "decretar" o fim da escravidão sem garantir nenhum mecanismo de inserção dos negros no mercado de trabalho (que logo foi ocupado pelos imigrantes brancos), sem lhes assegurar o direito à educação ou a qualquer outra coisa e, obviamente, sem tomar nenhuma medida contra o racismo, Isabel e seus aliados nada mais fizeram do que jogar milhões de negros e negras para as margens da sociedade, dando início a uma nova fase em nossa história de opressão e exploração.

Hoje quando nos deparamos com meninos e meninas negras vagando pelas ruas, jovens sendo assassinados na periferia e milhões de analfabetos e desempregados entre os descendentes dos africanos, não podemos esquecer que essa situação teve origem não só nos quase 400 anos de escravidão, como também na forma como as elites pensaram nossa liberdade: uma liberdade para morrer de fome, sem-casa, sem-terra, sem-emprego. Uma liberdade que trocou o senhor de escravos pelos patrões e a senzala pelas favelas.

Por isso, nesse 13 de maio, transformado em **Dia Nacional de Denúncia do Racismo**, só podemos reafirmar a necessidade do combate ao racismo em todas as suas formas, cotidianamente, até que conquistemos nossa verdadeira liberdade, no processo de construção de uma sociedade socialista.

Saiu o Correio Internacional

Já está nas sedes do PSTU e nas mãos dos militantes do partido a edição de março da revista Correio Internacional, que é uma publicação da Liga Internacional dos Trabalhadores. Nesse número, o principal destaque é a revolução na Albânia e as suas consequências políticas.

Nessa edição há artigos sobre as greves operárias na Coréia do Sul, uma análise sobre a situação atual da Rússia. Além da história da greve dos portuários de Liverpool, o chamado a uma campanha internacional de solidariedade aos grevistas ingleses e muito mais.

Ainda nesse número do Correio Internacional você encontrará uma análise da situação da Sérvia após as poderosas manifestações contra o governo Milosevic.

Não deixe de comprar essa revista que divulga as lutas dos trabalhadores em todo o mundo e oferece uma análise marxista para os acontecimentos internacionais.

NÚMEROS *Ganhos do trabalhador no setor formal (ano 95)*

Faixas de remuneração (salário mínimo)	Até 1	1 a 2	2 a 3	3 a 5	5 a 10	10 a 15	15 a 20	+de 20	Ignorado	Total
Total de pessoas	1.012.611	3.307.341	2.589.152	7.423.248	4.247.161	1.852.431	1.412.891	666.676	1.085.224	23.596.735
Setor público*	332.417	685.030	733.733	1.044.745	1.361.211	567.928	250.068	456.345	175.186	5.606.663
Setor privado	680.194	2.622.311	1.855.419	6.378.503	2.885.950	1.284.503	1.162.823	210.331	910.038	17.990.072

Fonte: Ministério do Trabalho
* O setor público inclui as três esferas do governo

VIOLÊNCIA *Morte de Pataxó mostra que elites desprezam os excluídos*

Para a burguesia os pobres são podres

Expedito Correia,
de São Paulo

Pobre não é gente... É assim que pensa e age boa parte da elite brasileira como se pode concluir das estatísticas sobre crimes contra a pessoa publicadas pela imprensa, recolhidas junto às instituições assistenciais, hospitalares, policiais e... necrológicas. E pobres, negros, mendigos, mulatos, e porque não, índios, - como na música-denúncia de Caetano Veloso "são como podres" - são considerados o "lixo social", expostos, não apenas à violência de classe que os confina à miséria, mas também à violência racial e humilhação física.

Além do recente episódio em Brasília, quando um grupo de jovens "bem nascidos" incendiou um índio pataxó que dormia num ponto de ônibus "só por farra", por todo o país contam-se às centenas as vítimas de casos semelhantes, ano após ano. O ingrediente decisivo de barbarismo, entretanto, é a certeza da impunidade e a escandalosa proteção "diferenciada" para ricos e pobres oferecida pelas autoridades policiais, que não só acobertam atrocidades como muitas vezes as praticam.

O desrespeito e o desprezo pela vida humana é visível sob as mais variadas formas, desde jogar lixo na rua ou esgoto dentro de córregos até os crimes mais hediondos. Só que a lógica da sociedade de classes limita a possibilidade de reação das pessoas à violência que se abate sobre elas em sentido inversamente proporcional ao seu poder aquisitivo e proximidade do poder. Nesse sentido também trabalham os poderes públicos que proporcionam uma assistência melhor aos que têm mais recursos, mais informação, mais acessoa à cultura, em detrimento dos mais humildes.

Como explicar de outra maneira as reações tão contrastantes da polícia e dos governantes, tomando como exemplo, de um lado, o famoso assalto ao bar Bodega, em São Paulo, que resultou na morte de dois jovens da classe média, e em cuja apuração vários inocentes pobres foram torturados para que confessassem o crime, e de outro, o caso dos meninos de rua da Candelária, assassinados por PMs, cuja apuração não deu em nada. Ou no caso do pedreiro Elias, atropelado pelo filho do ex-ministro Odacir Klein. E a complacência oficial diante dos grupos de extermínio recrutados entre policiais por comerciantes para "limpar" a periferia das grandes cidades? E a dificuldade para condenar um único dos tantos PMs assassinos dos trabalhadores de Vigário Geral? Justiça e cidadania para a população pobre é conversa fiada.

Antonio Menezes

Meninos de rua em Manaus amarrados e levados pela PM

O lento genocídio dos índios

Os índios brasileiros vivem uma situação de violência permanente, segundo dom José Aparecido Dias, presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Entre diversas formas de violência que se abatem sobre a população indígena citam-se os conflitos de terra como a maior causa de morte, em algumas tribos beirando o genocídio.

De acordo ainda com essa fonte, dos 326 mil índios que vivem no Brasil, um terço passa fome enquanto cerca de 15 mil foram acometidos de doenças em suas aldeias no período 1994/95 e pouco menos de 500 vieram a falecer, na quase totalidade dos casos por omissão ou negligência do Estado.

Há ainda casos em que o desespero e a falta de alternativas conduzem ao suicídio. Segundo dom José, a situação mais grave é a dos índios guaranis: somente entre 1994 e 1995 foram 93 as ocorrências desse tipo.

Para os índios pataxós, como Galdino Jesus dos Santos, morto em Brasília, a situação não é melhor: ainda segundo a estatística do Cimi, nos últimos dez anos 24 foram assassinados por pistoleiros e fazendeiros da Bahia, 47 sofreram tentativas de homicídio com tiros e facada, havendo registros também de 3 estupros, 24 espancamentos, 6 ameaças de morte e 48 mortes por falta de assistência. A morte de Galdino enfureceu os pataxós que passaram à ação, ocupando várias fazendas instaladas dentro de sua reserva no sul da Bahia. Como o governo demorasse em fazer cumprir decisão da Justiça de dezembro passado em seu favor, os índios resolveram retomar o que lhes pertence na marra. (E. C.)

Brasília não é exceção

A capital do pais já foi palco de inúmeros crimes como o que vitimou o índio Galdino. Segundo Theodoro Rodrigues, diretor da Polícia Civil em Brasília, nos últimos 2 meses, três mendigos foram mortos na cidade em circunstâncias semelhantes (O Globo, 22/4/97) e nenhuma providência foi tomada.

Na trajetória de violência da cidade, destacam-se o caso Ana Lídia, garota que foi seqüestrada, estuprada e morta por um grupo de rapazes em 1973, entre eles Alfredo Buzaid Jr., filho do ex-ministro da Justiça Alfredo Buzaid e Eurico Rezende Filho, filho do senador Eurico Rezende. Os dois não foram sequer indiciados e o caso foi arquivado.

O filho do ministro

Em agosto de 1996, Fabrício José Klein, filho do ex-ministro dos transportes, Odacir Klein, que o acompanhava, atropelou e matou o pedreiro Elias de Oliveira. Dirigindo em alta velocidade, fugiram sem prestar socorro à vítima. O ministro perdeu o cargo mas seu filho recebeu apenas uma pena simbólica de prestar serviços à comunidade por um ano...

Se a certeza da impunidade originada nas altas esferas do poder (ainda mais na capital do país) pode influenciar os jovens filhos da classe dominante para que cometam atos bárbaros, sem dúvida isso não não fica restrito às fronteiras de Brasília.

Mendigos incendiados

Em São Paulo, o Hospital Municipal do Tatuapé recebe pelo menos uma vítima por mês entre moradores das ruas que dormiam e acordaram com fogo no corpo; só no CTQ do Hospital Souza Aguiar no Rio, dão entrada dois nas mesmas condições.

O espancamento também comum sobre os mendigos. Em 1991 em 7 dias três mendigos apedrejados em Copacabana e dois morreram. Em 1993, no cais do porto do Rio de Janeiro, quatro mendigos foram espancados por homens que saíram de um carro. Dois morreram. Ninguém anotou placas ou deu queixa, ninguém foi preso.

Fundos especulam com dinheiro do trabalhador

Alvaro Bianchi,
da redação

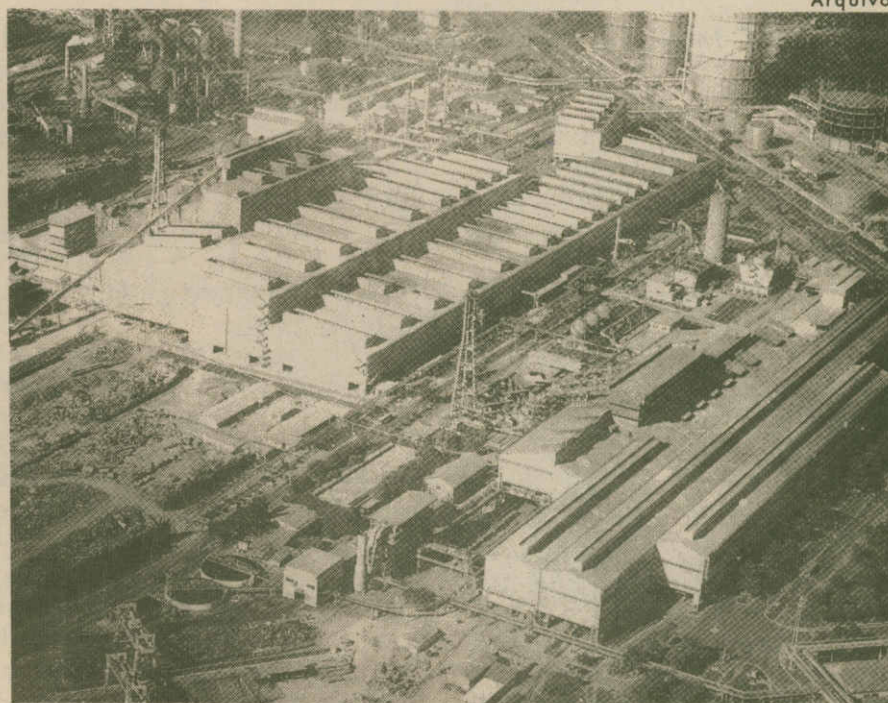
Os dois grupos que concorreram entre si para abocanhar a companhia Vale do Rio Doce. Nos dois grupos, os fundos de pensão têm uma participação destacada. Lado a lado com os gigantes internacionais do setor de mineração, Previ (Banco do Brasil), Petros (Petrobrás), Funcef (CEF), Funcesp (Cesp), Centrus (Banco Central) e Sistel (Telebras) lutam por um pedaço dessa importante estatal.

Não é a primeira vez que esses fundos participam das privatizações. Eles tomaram parte ativa da primeira leva de leilões nos setores siderúrgico e petroquímico, entre 1992 e 1994, permitindo que grandes grupos privados assumissem o controle dessas empresas. Sem a sua presença, as privatizações das empresas de grande porte não seriam possíveis, por falta de um comprador com o cacife necessário.

Os 353 fundos de pensão fechados, registrados na Associação Brasileira de Previdência Privada (Abrapp), possuem investimentos da ordem de R$ 71,3 bilhões e 1,7 milhão de trabalhadores contribuindo mensalmente para eles. Movimentando tal volume de recursos, transformaram-se em grandes especuladores; gigantescas instituições financeiras não-bancárias, capazes de comandar os movimentos realizados pelas bolsas de valores.

A participação dos fundos nesses leilões obedece à lógica da especulação financeira. Apesar de terem se formado com o dinheiro da contribuição mensal dos trabalhadores, sua gestão, sempre vinculada às empresas e ao mercado financeiro, impôs a esses fundos os imperativos da lucratividade imediata. Foi essa mesma lógica que os levou a acumularem US$ 22,5 bilhões em ações de empresas privadas e estatais, tornando-se o sustentáculo do mercado acionário.

Guiando-se por essa lógica, os fundos acabam agindo contra os interesses dos trabalhadores. É assim que participam de privatizações, apostam na alta dos juros dos títulos públicos, e especulam com imóveis. Ao invés de atenderem às necessidades dos trabalhadores, financiando a construção de moradias populares e as dos pequenos produtores rurais, os fundos preferem especular com o dinheiro

Arquivo

Usiminas: privatizada com ajuda dos fundos de pensão

◆ *Participação dos fundos de pensão na privatização (1991/1995) (US$ milhões)*

Setor	Total	Fundos	%
Siderurgia	4.848,70	864,3	17,8
Petroquímica	2.486,20	223	9
Elétrico	399,8	192,8	48,2
Outros	768,1	151,7	19,8
Total	8.502,80	1.431,80	16

Fonte: Abrapp

Trabalhadores não decidem

Os fundos de pensão se apresentam a si mesmos como uma conquista dos trabalhadores. Eles criariam as condições para os trabalhadores terem uma aposentadoria digna. A realidade, entretanto, está muito longe disso. O principal objetivo desses fundos é transferir para os possuidores de ativos financeiros, as riquezas produzidas nas atividades produtivas.

De fato, esses fundos possuem, como bem alertou o economista francês François Chesnais, uma dupla natureza (*Le monde diplomatique*, abril, 1997). Por um lado, eles são o resultado acumulado das cotizações realizadas pelos trabalhadores sobre seus salários. Mas assim que esses fundos adquirem uma certa dimensão, eles passam a funcionar como instituições financeiras não-bancárias, cuja função principal é aumentar ao máximo o rendimento de um montante elevado de capital-dinheiro.

Ao passarem a funcionar como instituições financeiras, esses fundos adquirem autonomia e aquelas contribuições realizadas pelos trabalhadores tornam-se reféns do capital financeiro. A incorporação de dirigentes sindicais nos conselhos de administração destes fundos não muda o seu caráter. Também estes sindicalistas se tornam reféns do capital financeiro.

A distância desses fundos dos trabalhadores pode ser medida pelo tipo de investimentos que realizam. No Brasil, os fundos têm 31,6% de seus investimentos empatados em ações. É uma média próxima da dos Estados Unidos, 45%. Este tipo de investimento torna extremamente frágil a posição dos trabalhadores que contribuem nestes fundos. Um *crack* na bolsa de valores pode fazer o dinheiro desses trabalhadores virar fumaça, comprometendo suas aposentadorias.

Para que os trabalhadores voltem a controlar esses fundos, que foram constituídos com seu dinheiro e garantam de fato suas aposentadorias, é preciso, antes de mais nada, democratizar a gestão destes, através da eleição direta do conselho gestor e da transparência em suas operações. Por exemplo, se os trabalhadores da Petrobrás controlassem a Petros, ela não estaria participando da privatização da Vale. **(A.B.)**

◆ *Ranking dos investimentos dos fundos associados Jan/97 (US$ milhares)*

F.de Pensão	Patrocinadoras	Investimentos	Participantes
Previ	Banco do Brasil	18.662.722	86.996
Funcef	C.E.F.	5.888.615	53.877
Petros	Petrobrás	4.367.737	49.287
Sistel	Telebrás	3.629.341	74.939
Centrus	Banco Central	3.489.996	5.982
Funcesp	Cesp/Eletrop.	2.959.813	35.148
Total		38.998.224	306.229

Fonte: Abrapp

FHC bate o martelo na Vale, mas não reverte desgaste

Mariúcha Fontana,
da redação

Entre uma liminar e outra, depois de xingamentos e destempero verbal dos neoespertos caciques do tucanato, e de enfrentamentos de rua com a polícia, FHC, contra a vontade da maioria da população, conseguiu fazer o leilão da Vale. Transcorreram oito dias, desde a data original marcada para o leilão até o leilão propriamente dito, que entregou pela mixaria de US$ 3,3 bilhões (dois meses de juros da dívida externa) o controle acionário da Vale ao consórcio liderado pela CSN.

A realização do leilão é uma vitória de FHC, que terá repercussão favorável para o FMI e demais "investidores" internacionais, ainda que a batalha em torno da Vale não esteja terminada. Por ora, até o fechamento desta edição, fruto de uma nova liminar, os efeitos do leilão estão suspensos. A Vale foi vendida, mas os compradores ainda não podem tomar posse das ações da companhia. Mesmo que esta seja cassada, ainda vão jorrar liminares, as feridas com o judiciário continuam abertas e longe da cicatrização e os sem-terra prometem ocupar a área verde da Vale no Pará.

Governo gastou R$ 700 mil com advogados para viabilizar o leilão

Se para o FMI, o governo se impôs, no plano interno a realização do leilão não conseguiu fazer repercutir nada de muito positivo para FHC. A Vale valeu desgaste para o governo, sem falar nos R$ 700 mil gastos com advogados e jatinhos para garantir o leilão. A realização do leilão é uma vitória parcial do governo, mas num momento de declínio da sua popularidade e de problemas com sua base política, que mesmo a venda da Vale não resolvem. A pose ensaiada para a foto estampada em toda imprensa, com o sorriso de vitória dos que bateram o martelo no leilão, seria mais fiel à realidade, se estampasse um suspiro de alívio.

Wladimir Souza

Ato do 1º de Maio em São Bernardo

Mobilização abriu nova conjuntura

A manifestação do dia 17 de abril em Brasília, capitaneada pelos sem-terra, que chegaram na capital com sua Marcha por Reforma Agrária, Emprego e Justiça abriu uma nova conjuntura no país. Essa manifestação, que reuniu mais de 60 mil pessoas e se constituiu na maior mobilização de oposição a esse governo conseguiu aglutinar a insatisfação crescente contra FHC e seu plano.

Insatisfação com o desemprego, insatisfação com um governo que joga a polícia contra os sem-terra. Insatisfação com os problemas sociais que se avolumam: índios espoliados e queimados nas ruas, violência policial contra trabalhadores e populares indefesos, insatisfação com os salários e com a ameaça de ataque à aposentadoria; insatisfação com os bilhões dados a banqueiros, enquanto se ameaça de demissão professores, médicos e funcionários públicos concursados e mal remunerados; insatisfação com a entrega (nada convincente) de uma empresa lucrativa e estratégica a preço de banana para grandes monopólios privados.

O dia 17 foi muito importante, tanto por ter colocado o governo na defensiva em relação à Reforma Agrária, como também por dar início a um desbloqueamento das lutas nas cidades. Foi um primeiro passo para construir a mobilização unificada do conjunto dos trabalhadores. O dia 17 mostrou que oposição prá valer se constrói nas ruas.

O dia 17 mostrou que a mobilização, a luta direta, é o caminho privilegiado para colocar num outro patamar a resistência e poder virar a mesa. O dia 17 deu um novo ânimo ao movimento e há um novo humor entre os trabalhadores e na população.

O desafio é dar continuidade a esse processo de mobilização, construindo um plano de lutas rumo à greve geral.

Governo enfrenta divisões na sua base

Esse novo momento, potencializa os atritos na base política do governo. Há crise na base governista no Congresso e há crise entre o Executivo e o Judiciário. São crises conjunturais, são brigas no varejo, já que nenhum desses setores questiona o modelo neoliberal de conjunto. No entanto, tais brigas abrem brechas para que, através da luta direta, aprofundemos o desgaste de Fernando Henrique e derrotemos seus planos. Há divisões na base governista em torno da Reforma Administrativa. Há problemas também com o projeto de reeleição no Senado. E seguem as divisões com a venda da Vale.

Mas se o movimento não der continuidade à mobilização aberta no dia 17, o governo poderá fechar esse momento e retomar a ofensiva política de conjunto.

FHC e seu plano neoliberal ainda têm margens de manobra. O FMI e a ampla maioria da classe dominante apóiam FHC e seu projeto. A estabilidade da moeda e o crediário em grande escala ainda pesam. Eles têm ainda o trunfo de todas as demais privatizações e, no Congresso Nacional, o fisiologismo já começou a correr solto, para comprar os picaretas todos e tentar a aprovação da Reforma Administrativa primeiro e a da Previdência depois.

Por tudo isso, têm uma enorme responsabilidade as direções majoritárias do movimento. A CUT, o MST, a UNE e os partidos de esquerda estão ante o desafio de transformar em ação essa insatisfação contra FHC.

As nossas reivindicações

Reforma Agrária. Essa luta segue. FHC, apesar de oferecer trégua e buscar, inclusive, um compromisso das lideranças do Pontal do Paranapanema no sentido de parar as ocupações, em troca do financiamento de uma fábrica de fécula, não fará assentamentos em grande escala e muito menos a Reforma Agrária. As ocupações continuam pelo Brasil afora, enquanto o governo se reúne com ruralistas e faz sua demagogia de sempre. Os sem-terra não podem dar trégua a FHC.

Emprego. A luta pela redução da jornada sem redução do salário é decisiva para combater o desemprego crescente, desemprego que tende a aumentar com a retração na economia preconizada pelo governo. É preciso desmontar as propostas de flexibilização do governo e dos empresários, que nada mais são do que arrocho e aumento do ritmo de trabalho e maior facilidade para demitir para a patronal. À luta pela redução da jornada agrega-se à luta em defesa dos direitos trabalhistas e contra o contrato temporário de trabalho.

Salário. O aumento de R$ 8 para o salário mínimo é uma provocação. Mas o arrocho não é só do mínimo. O funcionalismo está com seu salário congelado há dois anos e a maioria dos trabalhadores, nas suas datas-base, não estão conseguindo sequer repor a inflação.

Aposentadoria. Esse é o grande ataque que o governo quer ver aprovado esse semestre. A Reforma da Previdência, se depender da vontade de FHC, começa a tramitar no Senado no final deste mês e o projeto do relator, além de acabar com a aposentadoria por tempo de serviço, estipula aposentadoria por idade (65 anos para homens e 60 para mulheres), acaba com a aposentadoria proporcional dos professores e a aposentadoria integral do funcionalismo. É preciso exigir a retirada do projeto de Reforma da Previdência do Congresso.

Estabilidade do funcionalismo. A luta contra a reforma Administrativa é o embate mais imediato contra FHC. A Reforma está na Câmara para ser votada em 2° turno e a ordem de FHC, como sempre, é comprar todo mundo, distribuir cargos e verbas. Já estão saindo do forno dois ministérios para o PMDB, R$ 60 milhões para a bancada de Rondônia etc, etc. O projeto aprovado em 1° turno, na base da promessa de acúmulo de aposentadorias para deputados, senadores, presidente da República etc, prevê o fim da estabilidade de professores, médicos, enfermeiras e outros trabalhadores, além de outros pontos escabrosos, tais como dar hospitais públicos para serem geridos pela iniciativa privada. Como no caso da Reforma da Previdência, o conjunto dos trabalhadores deve exigir a retirada desse projeto da Câmara. Queremos mais e melhores serviços públicos.

Defesa da Vale. Ao conseguir fazer o leilão, sem dúvida o governo teve uma vitória na privatização da Vale. Mas mesmo em situação mais difícil, essa luta continua. A guerra ainda não acabou. E além da Vale devemos repudiar também as demais privatizações.

Defesa da Educação Pública. Essa é outra reivindicação do movimento. Através de decreto-lei e medidas provisórias, na rasteira da Reforma Administrativa, FHC está querendo acabar com o ensino público e gratuito: quer privatizar e cobrar mensalidades na Universidades Federais e quer acabar com o ensino técnico.

Wladimir Souza

Por um plano de lutas rumo à greve geral

A Executiva da CUT deverá se reunir dia 12 de maio. Nos dias 27 e 28, haverá reunião ampliada com as diretorias de Federações e Confederações da CUT, categorias em campanhas salariais e em mobilização, para qual está convidada a direção do MST e também representantes do movimento popular.

Está em debate a proposta de construção de um movimento e uma referência para a greve geral. Vicentinho, presidente da CUT, no 1º de maio do ABC apontou 25 de julho — dia do trabalhador rural — como referência para a greve.

Não se trata tanto de discutir a data da mesma, porém o que é urgente **é um plano de lutas e a referência para uma nova ação unificada que dê continuidade à mobilização do dia 17 e aponte para a construção da greve geral.** Não podemos permitir um vácuo tão grande, em que os diferentes setores fiquem à sua própria sorte.

Não se trata também de forçar a marcação artificial de um dia de luta, que acabe não sendo preparado como devia ou que não haja tempo suficiente para prepará-lo. Porém, incorporar as lutas já existentes como parte de um calendário de preparação de uma ação maior e apontar para um dia de luta comum é uma tarefa presente, que não deve esperar um mês para ser realizada. Pois, para ser preparada uma nova ação, ela precisa ter início já. Iniciar um processo de preparação só no final do mês, significa perder tempo.

Calendário do Movimento

12/5 — Reunião da coordenação do funcionalismo, em Belo Horizonte, que deve definir um dia de luta unificado contra a Reforma Administrativa. O indicativo votado em plenária é um dia de luta em 27 de maio.

15/5 — Ato em Belo Horizonte em defesa dos direitos dos trabalhadores das Américas, contra a Alca e, certamente, contra FHC.

21/5 — Dia Nacional de luta dos estudantes secundaristas e das Universidades públicas contra a Reforma Educacional do governo, convocado pela UNE e UBES.

Escolas técnicas estão na mira do governo

Leon Cunha,
estudante e membro da executiva da UBES

Wladimir Souza

Em março de 1997, o governo federal, deparando-se com uma situação de crescente resistência da comunidade escolar, optou pelo caminho mais curto e autoritário para acelerar a reforma do ensino técnico. Através de uma Medida Provisória (1549-28, de 14/3) e de um Decreto (2.208 de 17/4) — dois canetaços —, FHC e o ministro da Educação Paulo Renato regulamentaram a Lei de Diretrizes Básicas (LDB) para aplicar sua política neoliberal no ensino técnico. O objetivo do governo é adequar este tipo de ensino à reforma do Estado e à reestruturação produtiva.

O primeiro ataque é sobre o financiamento. Apoiado pelo art. 4º da nova LDB, que diz que *"será garantida a* ***progressiva*** *gratuidade do ensino médio"*. Não haverá a obrigação de nenhuma esfera do poder público garantir ensino gratuito. Regulamentando a LDB, a MP 1549-28 diz que: *"A expansão da oferta de ensino técnico, mediante novas unidades de ensino por parte da União, somente ocorrerá em parceria com Estados, Municípios, DF, setor produtivo ou ONG's (...)"* Com essa medida, não existe nenhuma garantia de que os cursos sejam gratuitos e, seguindo o receituário do Banco Mundial, o mais provável é que ocorra a privatização descarada.

Reforma do governo propõe separar ensino técnico do 2º grau

A segunda medida é a separação do ensino técnico do ensino de 2º grau e a criação de módulos, que podem ter qualquer tempo de duração. Com isso, economiza-se os professores de formação geral — que, se aprovada a Reforma Administrativa, podem ser demitidos — e forma-se profissionais mais baratos — que é uma das exigências da burguesia, para aumentar seus lucros às custas de menores salários e mais exploração. Esta é uma medida que afeta não só aqueles que venham a se formar, mas também os que já se formaram ou estão em fase de conclusão dos cursos.

Em terceiro lugar, o Decreto estabelece plenos poderes ao Ministério da Educação, ouvido o Conselho Nacional de Educação (que por sua vez é nomeado pelo Presidente da República), para definir os currículos mínimos (70% do total), deixando assim ao bel prazer dos governos burgueses e do mercado, o controle sobre o que deve ser ensinado, assim como era na ditadura.

Em 1996, os estudantes das escolas técnicas de todo o país estiveram em pé de guerra com o governo FHC e seu ministro da Educação, Paulo Renato, que tentavam aprovar o projeto de lei 1603.

Este ano a situação não é diferente. Já foi realizada uma plenária nacional em março, que organizou um grande dia de luta em 10 de abril. Em São Paulo, foram cerca de dez mil estudantes, não só de escolas técnicas, que invadiram o MEC para dizer que não aceitam a reforma educacional. A revolta contra o governo e o apoio ao movimento para evitar a liquidação do ensino técnico público estão crescendo.

Estudantes vão voltar às ruas

O ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, tem feito uma campanha mentirosa na mídia, com o objetivo de jogar a população contra os estudantes das escolas técnicas, como se estes fossem marajás. Disse, recentemente na grande imprensa, que os alunos das técnicas em sua maioria pertencem à classe média. Segundo o ministro, eles estariam atrás não da preparação para o mercado de trabalho, mas de uma boa preparação para o vestibular.

Mas é o próprio MEC que desmente o ministro. Um estudo realizado recentemente pela Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico nas Escolas Técnicas Federais (Semtec), revelou que 70% dos egressos destas instituições ingressam imediatamente no mercado de trabalho e que a média da renda familiar é de seis salários mínimos *"o que contraria versão bastante difundida de que as escolas técnicas estão cheias de alunos oriundos de famílias de alto poder aquisitivo"* (SAI-Semtec).

Toda essa campanha cheia de mentiras e de distorções tem o objetivo de justificar a reforma de ensino técnico, que desde 1996 o governo vem tentando aplicar.

Nós defendemos a educação técnica pública, gratuita para todos; queremos que o ensino técnico seja integrado, com autonomia didático-pedagógica e a garantia de estabilidade para os professores e funcionários.

Está marcado para dia 21 de maio, um novo Dia Nacional de Greve e Manifestações dos estudantes universitários e secundaristas contra a reforma do governo na Educação. É preciso que o dia 21 sirva como parte da luta geral contra o governo FHC e suas reformas, no sentido de construir junto com toda a classe trabalhadora uma greve geral. (L.C.)

UEE/SP realizou congresso polarizado

Euclides Agrella,
de São Paulo

Realizou-se entre os dias 1 e 4 de maio, na cidade de Americana, o Congresso da União Estadual dos Estudantes (UEE) de São Paulo.

Desde o seu início, o Congresso esteve atravessado pelo debate em torno de duas visões antagônicas: uma, a da direção majoritária da UEE, ligada à União da Juventude Socialista (UJS), que convidou para a abertura do Congresso, um deputado do partido de FHC; e a outra, da juventude do PSTU e independentes, organizados na tese Reviravolta, que defendeu a unidade dos trabalhadores e da juventude em torno de uma Frente de Esquerda e Socialista.

Em todos os temas em debate (Conjuntura Nacional e Internacional, Universidade e Movimento Estudantil), tanto nas plenárias quanto nos grupos de discussão, o debate foi polarizado entre essas duas correntes. Na plenária final do Congresso, em que pese a UJS ter conseguido aprovar a maioria de suas propostas, a oposição conseguiu fazer passar a cota dos 30% para mulheres na diretoria da Entidade.

Plano de lutas foi aprovado

Foi aprovado no Congresso um plano de lutas comum, que tem como datas o dia 21 de maio, proposto como Dia Nacional de Greves e Manifestações, o dia 29 de junho, quando será aplicada 2ª fase do Provão e o 25 de julho, Dia Nacional de Ocupações dos sem-terra e possível data para uma greve geral no país.

No final do Congresso, duas chapas se apresentaram: uma de oposição, que defendia a Frente de Esquerda e Socialista, formada pelos membros da tese Reviravolta, junto com os companheiros da Esquerda do PT, que defendiam a tese Adaptar ou Resistir. Também fizeram parte desta chapa, vários estudantes das escolas pagas de Mogi das Cruzes e ABC, além de companheiros da Unesp de Bauru, que romperam com a UJS e aderiram à Reviravolta durante o Congresso.

Oposição consegue 30% dos votos

A Chapa da oposição de esquerda, Resistir na Luta contra FHC, somou 110 votos, obtendo 30% dos cargos da nova diretoria da UEE. Destes 110 votos, a tese Reviravolta obteve 51.

Por outro lado, a chapa Um Passo à Frente/O Tempo Não Para, formada pela UJS e a Articulação do PT, obteve 233 votos.

Brasil perdeu o pai da Pedagogia do Oprimido

Carlos Bauer,
professor e membro da direção nacional do PSTU

Morreu nas primeiras horas do dia 2 de maio, Paulo Freire. Educador de trajetória respeitada por todas as tendências do pensamento pedagógico preocupadas com o estabelecimento de relações entre o ensino e a aprendizagem, entre os objetos do conhecimento e a cultura, junto aos excluídos e oprimidos.

Nascido no Recife, em 1921, Paulo Freire, sem exageros, pode ser considerado o mais importante dos intelectuais que buscavam estimular novas perspectivas de educação popular, no Brasil do final dos anos 50 até o fatídico 31 de março de 1964. Paulo Freire começou a esboçar sua vasta obra e a construir as bases do seu pensamento sobre a educação popular enquanto lecionava Filosofia da Educação na Universidade de Pernambuco, neste mesmo período.

Já nos primeiros instantes da década de 60, quando o Movimento de Educação de Base (MEB) e outras propostas de educação popular começaram a despontar, Freire introduziu, de forma pioneira, programas de alfabetização de adultos no cotidiano universitário, como diretor do Serviço de Extensão Cultural da instituição em que lecionava. Não é exagero dizer que suas idéias e propostas de alfabetização alcançaram repercussão mundial. Seu livro *Pedagogia do Oprimido*, publicado em 1970 (em inúmeras línguas) já atingiu a espantosa cifra de 500 mil exemplares vendidos.

Paulo Freire propôs a alfabetização a partir da realidade concreta

A *Pedagogia do Oprimido* salienta o respeito profundo pelas classes populares e por suas virtudes. Criticando os elitistas que negam que as camadas pauperizadas tenham capacidade crítica, argumenta: *"Basta ser homem para ser capaz de captar os dados da realidade"*. Em seu generoso esforço para respeitar a dignidade de todas as pessoas, o autor insiste para que o professor procure estabelecer um diálogo, ao contrário de, burocraticamente, ser um divulgador do conhecimento.

Para Paulo Freire, o propósito primordial do educador é: *"dialogar com o analfabeto sobre situações concretas, oferecendo-lhe simplesmente os instrumentos com que ele se alfabetize. Por isso, a alfabetização não pode ser feita de cima para baixo, como uma doação ou uma imposição, mas de dentro para fora, pelo próprio analfabeto, apenas com a colaboração do educador"*. Freire defende ainda que, para se estabelecer um diálogo, o professor precisa compreender e sentir empatia pela visão de mundo do povo. O educador preocupado com o processo de alfabetização deve utilizar uma linguagem própria do cotidiano popular, não uma argumentação inacessível, acadêmica.

Bel Pedrosa/Folha Imagens

O professor Paulo Freire

Os homens produzem, não são espectadores

Paulo Freire deu ênfase à dignidade de todos os seres humanos e sustentou a noção de que as camadas populares precisam controlar o seu próprio destino. A sua obra pressupõe que a educação precisa colaborar com as pessoas na indagação *"sobre seu próprio poder de refletir"*.

É importante dizer que, para Paulo Freire, esses objetivos não podem ser plenamente realizados dentro dos limites da sociedade existente. Por isso, ele proclamava-se em defesa de uma "*nova sociedade, que sendo sujeito de si mesma, tivesse no homem e no povo sujeitos de sua história.*"

Mas, embora estivesse particularmente convencido de que a transformação política era importante, Freire, ao contrário do que defendemos, rejeitava a visão de que o caminho das mudanças é aquele construído pelo ideário da revolução socialista.

Não foi casual, portanto, o seu comprometimento, em 1964, com o governo Goulart, do qual é o principal responsável pelo Programa Nacional de Alfabetização. Esta vinculação com o projeto reformista de João Goulart acabou por lhe custar uma prisão, a cassação dos direitos políticos e o exílio, até a promulgação em 1979, da Lei da Anistia.

Ao retornar ao Brasil, retoma suas atividades docentes na PUC/SP e depois na Unicamp. Politicamente, vincula-se ao Partido dos Trabalhadores, sendo inclusive, secretário da Educação, entre janeiro de 1989 e maio de 1991, no governo de Luiza Erundina em São Paulo. Como quadro petista, chegou a ser indicado em 1989 para compor a chapa encabeçada por Lula nas eleições presidenciais daquele ano. Acabou vetado pela cúpula partidária, que optou por Bisol.

Paulo Freire nunca entendeu as pessoas como insignificantes espectadores da história. São produtores. Este é o maior legado em torno de sua ampla e generosa obra. É o melhor tributo que podemos prestar em sua memória. **(C.B.)**

O que ler de Paulo Freire

Abaixo uma relação de alguns dos principais livros do educador Paulo Freire:

Educação e Atualidade Brasileira. *Recife, Universidade Federal do Recife, 1959.*

Educação como Prática da Liberdade. *Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.*

Pedagogia do Oprimido. *Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970.*

Educação e Mudança. *Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.*

Ideologia e Educação: Reflexões sobre a Não-Neutralidade da Educação. *Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.*

A Importância do Ato de Ler. *São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1982.*

Educação Popular. *Lins-SP. Todos Irmãos, 1982.*

Governo começa a tomar medidas irresponsáveis

José Martins,
economista e membro do Instituto de Estudos Socialistas

Só nos primeiros 25 dias de abril, as reservas internacionais do Brasil tinham caído US$ 2,144 bilhões. Nada é pior para os economistas do governo do que esse tipo de notícia. Sem um aumento constante de moedas externas, elevando as reservas internacionais do país, é a própria moeda nacional, o real, que está em risco. Desde março, o governo tem tomado algumas medidas para diminuir as pressões sobre o balanço de pagamentos.

Medidas apenas paliativas, que não resolvem o problema. O resultado da balança comercial em abril foi um déficit de US$ 1 bilhão. Nos quatro primeiros meses do ano, as importações já superam as exportações em US$ 4 bilhões.

O chefe do Consenso de Washington, Robert Rubin, secretário do Tesouro do Estados Unidos, está preocupado com a situação desses países — Brasil puxando a fila — que jogaram todas as fichas em um perigoso jogo de taxas inflexíveis de câmbio e na expectativa de intermináveis transfusões de divisas internacionais em suas obesas (e volúveis) reservas internacionais.

Diz o Sr. Rubin: *"Nos mercados emergentes, devemos olhar com cautela os riscos provocados por grandes déficits na conta corrente, altas concentrações de dívida de curto-prazo, fracos sistemas financeiros e regimes inflexíveis de taxa de câmbio. Embora essas condições possam ter sido sustentadas no ambiente financeiro e de taxa de juros relativamente benigno dos últimos um ou dois anos, elas poderão não ser sustentáveis em diferentes circunstâncias" (Gazeta Mercantil, 29/4/97).*

Mas a pergunta a ser respondida não é se esta base podre do Plano Real vai explodir ou não. Não se deve ter dúvidas de que vai. Mas quando? Isso depende de diferentes circunstâncias, como diz acertadamente o Sr. Rubin. Para ele, o governo pode se defender contra essas circunstâncias aprofundando algumas medidas: diminuindo o déficit comercial, privatizações selvagens, urgência na "reforma do Estado" (administrativa, previdência), cortes selvagens no orçamento em despesas sociais (saúde, educação).

São medidas de difícil realização política. Com elas, a temperatura social vai se elevar, como já se presencia com o caso Vale. E vai se elevar mais ainda com uma outra arriscada medida de FHC. Trata-se do "freio na economia". Da sugestão do FMI à execução por FHC, o governo já começou a agir, apertando o crédito ao consumidor. O sentido é a recessão a sangue-frio.

Essas ações irresponsáveis do governo serão progressivamente tomadas, à medida que as condições macro-econômicas forem se agravando. Em regimes de estabilização dolarizada, as grandes rupturas inflacionárias se dão apenas por explosões. Portanto, não se deve esperar por uma volta gradativa da inflação. No caso do Brasil, os déficits estruturais do balanço de pagamentos apenas potencializam, gradualmente, aquela inevitável ruptura.

A. Niko

Medidas do governo irão aumentar o desemprego

Quando será a explosão?

Se dependesse apenas dessas medidas econômicas neoliberais, a base podre do Plano Real nunca explodiria. Mesmo que essas ações irresponsáveis representem uma violenta destruição das bases econômicas e sociais da nação. Mas essa destruição está definida na própria existência do projeto neoliberal do governo, e não na sua crise. É claro que a resistência popular, como no caso das privatizações, poderia impedir esse processo. Mas quando o Estado se encontra tão fortemente coeso e ainda mantém o ritmo da acumulação do capital, as possibilidades na luta de classes são mais favoráveis ao governo.

Quando, então, haveria a explosão? Com a aproximação cada vez maior de circunstâncias que não podem ser evitadas pelas ações do governo e do FMI. Com uma combinação de elevadas taxas de juros internacionais, alterações bruscas dos preços das matérias-primas, desequilíbrios cambiais de parceiros estratégicos (Mercosul) etc. Mas essa combinação só acontecerá como resultado de mais um choque de superprodução de capital no centro imperialista, em particular na economia americana.

Esse choque cíclico e periódico começará pela derrocada das principais bolsas de valores, alastrando-se depois na forma de uma contração da produção mundializada e, finalmente, por um marasmo econômico geral. (J.M.)

Repúdio ao assassino Fujimori

Publicamos abaixo, os principais trechos da declaração da Liga Internacional dos Trabalhadores, com a qual o PSTU mantém fraternais relações, a respeito da crise dos reféns no Peru.

Em 22 de abril, o governo de Fujimori acabou com a crise dos reféns, massacrando 14 guerrilheiros do MRTA. A espetacular ação, preparada durante meses, foi realizada em colaboração com os organismos de repressão dos Estados Unidos.

O "rambo" com colete a prova de balas, que apareceu comemorando o "triunfo da democracia contra o terrorismo" em todas as televisões do mundo, é o mesmo ditador que está levando milhões de peruanos à maior miséria da sua história, que aplica o terrorismo sistemático de estado, que impôs os sistema dos juízes "sem rosto", onde as sentenças são dadas por sinistros personagens que ninguém conhece, que está enchendo os cárceres não só de guerrilheiros, mas também de uma grande quantidade de ativistas populares, que nada têm a ver com a guerrilha, que criou os cárceres "tumbas", onde os presos estão sepultados em vida, sem recreios, sem luz do dia, sem visitas, sem assistência médica.

Imperialismo apoiou

O imperialismo elogiou e felicitou Fujimori por sua façanha. O mesmo fazem os diferentes governos burgueses do mundo. A LIT, pelo contrário, repudia essa ação assassina, da mesma forma que repudiamos o conjunto das ações da ditadura peruana e lamentamos a perda dos 14 lutadores anti-ditatoriais.

Repudiamos a ação de Fujimori, apesar de não concordarmos com os métodos nem com as ações do MRTA. Nossa diferença parte do fato de que essas ações, desvinculadas e não controladas pelo movimento de massas, geralmente se voltam contra o movimento.

Por esse motivo, a LIT faz um chamado ao repúdio à ação assassina do governo de Fujimori e ao aumento das pressões sobre a ditadura peruana.

Liberdade para todos os presos políticos!

Abaixo os "juízes sem rosto"!

Abaixo os "cárceres tumba"!

Abaixo a ditadura de Fujimori!

Acordo comercial acabará com soberania na América Latina

Estados Unidos querem submissão do continente

Clara Paulino,
da redação

De 12 a 16 de maio, acontece em Belo Horizonte, Minas Gerais, encontro de 34 países do continente, exceto Cuba, para discutir e avançar na formação de uma futura Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Os 34 países reúnem uma população de cerca de 800 milhões de habitantes, Produto Interno Bruto (PIB) de US$ 8,3 trilhões e um comércio exterior de US$ 21 trilhões anuais.

Para a formatação da Alca, os Estados Unidos pretendem utilizar a estrutura do Nafta (bloco econômico entre os Estados Unidos, Canadá e México). Isso significa que os norte-americanos estão defendendo a abertura dos mercados de serviços dos demais países do continente, o acesso ao mercado com tarifas mais baixas, a manutenção de regras que dificultem o acesso de outros países e que, já em 1998, sejam reduzidas as tarifas para seus produtos, embora a data de referência para a implementação da Alca seja 2005.

Em contrapartida, para manter seu domínio, o governo norte-americano não abre mão de manter o seu fechado regime protecionista, com fortes barreiras comerciais, o seu regime de subsídios agrícolas e a sua estrutura legislativa unilateral, situada acima dos tratados internacionais.

Lula Marques/Folha Imagem

A ofensiva norte-americana para a formação de uma área de livre comércio na região, denota que em pauta está algo bem maior que um acordo comercial. Os Estados Unidos, que sozinhos detêm 77,9% do PIB do continente, querem transformar a América Latina em mercado aberto, exclusivo para seus produtos. Além disso, a pressão ianque revela uma preocupação estratégica com a disputa comercial entre os principais blocos econômicos, formados pela União Européia, o bloco asiático, que inclui os chamados tigres asiáticos e é dominado pelo Japão, e claro, o Nafta. Hoje, cerca de 60% do comércio mundial passa por dentro desses blocos.

Enquanto os Estados Unidos, por exemplo, mantêm um setor agrícola protecionista, gastando, por ano, em subsídios US$ 4 bilhões, sobretaxam em 350% o fumo brasileiro e 55% o suco de laranja exportado pelo Brasil ao mercado americano.

Com a abertura de mercado proposta pelos norte-americanos, através da Alca, um restrito número de multinacionais poderá controlar todo o mercado da América Latina. As multinacionais poderão também avançar no processo de deslocamento de produção de um país para o outro, em função de menores gastos com mão-de-obra, impostos e transportes.

Brasil reluta mas não rompe com o patrão

O governo brasileiro está cauteloso em relação à Alca. Enquanto o governo americano quer já para 1998, a redução das tarifas comerciais e chegar em 2005 com a formação da Alca acabada, o Brasil defende uma negociação que envolva também as barreiras comerciais do mercado norte-americano e um ritmo mais lento no processo de eliminação das barreiras tarifárias no continente.

Não se trata de nenhum esboço de ruptura com a política neoliberal. O Brasil sabe que será prejudicado na negociação da Alca, caso não consiga algum recuo dos Estados Unidos na sua política comercial que protege seus setores produtivos. Além disso, o governo brasileiro sabe que há setores da economia brasileira que simplesmente desaparecerão com a abertura comercial sem limites e sem existir nenhum tipo de protecionismo ou condições de competição para enfrentar a principal economia capitalista do mundo.

Por outro lado, o Brasil tem interesse em ser o país hegemônico nas relações comerciais do Cone Sul, sem ter que romper com os Estados Unidos.

O governo brasileiro já submeteu a economia a um choque neoliberalizante, reduzindo a tarifa média de importação de 52% para 14%, promoveu a abertura do mercado brasileiro ao capital estrangeiro, aboliu a reserva de mercado no setor de informática, reformulou a Lei de Patentes, privatizou as telecomunicações, quebrou o monopólio do petróleo, entre outras providências simpáticas aos interesses imperialistas.

Apesar disso, não houve nenhuma contrapartida dos Estados Unidos. Vários produtos nacionais, por exemplo, como os siderúrgicos e suco de laranja, continuam sem acesso ao mercado norte-americano por causa das barreiras comerciais. (C.P.)

Fórum promove manifestações

Enquanto os 34 líderes dos países do continente americano estiverem se reunindo em Belo Horizonte, entidades, partidos de trabalhadores, representantes dos movimentos sociais do Brasil e de diversos países latino-americanos estarão promovendo o Fórum Paralelo Nossa América, para discutir os impactos da Alca e para se manifestarem contrários à forma como esta vem sendo encaminhada pelos governos.

Manifestação dia 15

Para o dia 15 de maio, está marcada uma grande manifestação contra a política implementada por Fernando Henrique Cardoso.

O PSTU participará do Fórum e defenderá a extensão e unidade da luta pela reforma agrária em todo continente, a redução da jornada de trabalho para gerar mais emprego, a igualdade de salários e de direitos trabalhistas para todos os trabalhadores do continente, a formação de fóruns de petroleiros, metalúrgicos, químicos e de outras categorias de trabalhadores do continente, para unificarem suas reivindicações.

Unir os trabalhadores

Nos posicionaremos contrários à formação da Alca e defenderemos que qualquer unidade dos trabalhadores da América Latina deverá ser feita sob bases não capitalistas. Somente com a ruptura com o imperialismo norte-americano e com a construção de uma estratégia que leve os trabalhadores do continente ao socialismo, será possível libertar o continente da miséria e das injustiças sociais.

Vale destacar que o PSTU defende que o governo cubano repudie o fórum oficial e venha participar do Fórum Paralelo para rechaçar a Alca.

CAMPANHA

Eleição em São José entra na reta final

Luiza Casteli,
da Redação

"Durante a panfletagem que fizemos em frente a General Motors (GM), o principal colégio eleitoral da categoria, houve apoio massivo dos operários. Muitos pegaram bandeiras e adesivos da chapa, inclusive para colocar nos ônibus. Na Embraer, onde antes tínhamos pouca representação, estamos abrindo um espaço importante". Com estas palavras, Antonio Ferreira (Toninho), candidato a presidente pela **Chapa 2**, explica como está a campanha para o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos.

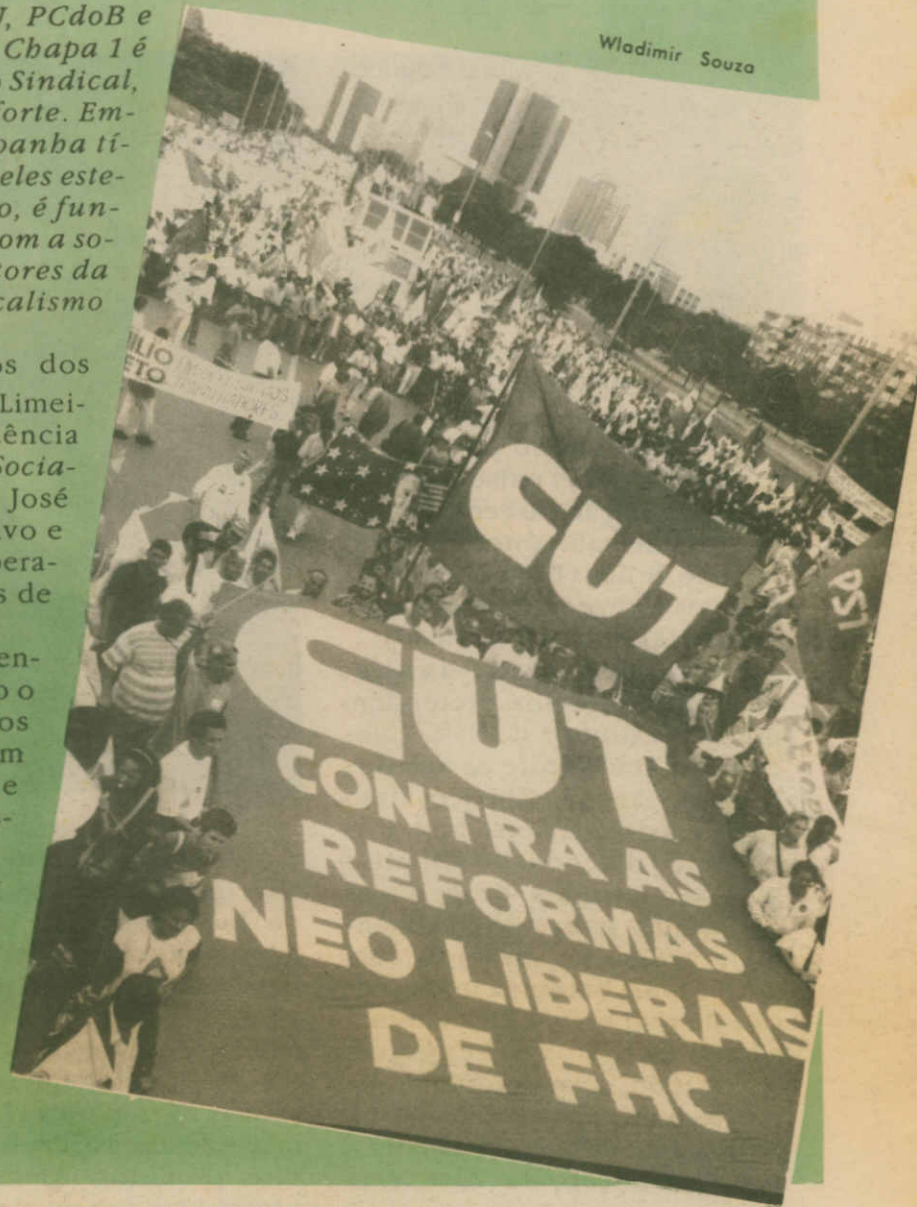
As eleições estão marcadas para os próximos dias 20, 21 e 22 de maio e têm um papel fundamental na discussão sobre qual o sindicato que a CUT deve defender. A **Chapa 2**, composta pelo **Movimento por uma Tendência Socialista (MTS)**, *Corrente Sindical Classista (CSC)* e ativistas independentes, propõe o sindicalismo combativo e a democracia na entidade. A *Chapa 1*, da *Articulação Sindical*, representa a política de conciliação, cada vez mais aberta e é formada pelos mesmos que tentaram "dirigir" a categoria colocando jagunços na sede do sindicato.

Toninho nos conta que *"a Chapa 2 está estruturada nas 14 maiores fábricas da região, com dirigentes reconhecidos. É uma chapa ampla, que conta com o apoio do **PSTU**, PCdoB e setores da esquerda do PT. A Chapa 1 é composta só pela Articulação Sindical, mas tem um aparato muito forte. Embora estejam com uma campanha tímida, isso não significa que eles estejam fora da disputa. Por isso, é fundamental podermos contar com a solidariedade e o apoio dos setores da CUT que acreditam no sindicalismo de luta".*

Membros dos sindicatos dos metalúrgicos de Campinas e Limeira, que são ligadosà tendência cutista *Alternativa Sindical Socialista (ASS)*, já estão em São José dos Campos dando uma efetivo e prático apoio à **Chapa 2** e espera-se a chegada de metalúrgicos de Minas Gerais.

A campanha começa a entrar na reta final e será preciso o máximo apoio possível dos ativistas e militantes que lutam pelo sindicalismo combativo e democrático na CUT e na classe trabalhadora.

Todos aqueles que estiverem dispostos a colaborar com a **Chapa 2** podem entrar em contato com o Comitê de Campanha. Fone: (012) 341-2845

Wladimir Souza

Partido faz aniversário

Em junho, estaremos comemorando três anos. São os nossos três primeiros anos de caminhada na construção de um partido que luta pelas idéias socialistas e revolucionárias.

Essa data merece ser comemorada e por isso, no dia 7 de junho, faremos uma grande festa em São Paulo.

Horário: a partir das 22 horas.

Local: Som de Cristal — R. Rego Freitas, 470

Não esqueça da sua assinatura

O **Opinião Socialista** continua marcando sua presença nos grandes eventos da classe trabalhadora.

Assine o **Opinião Socialista** e ajude o nosso jornal a ampliar a sua defesa das reivindicações dos trabalhadores.

PSTU
jornal Quinzenal

Endereço:
Rua Jorge Tibiriçá, 238
Saúde - São Paulo
CEP 04126-000

PORTE PAGO
DR/SP
PRT/SP 7168/92